



PARECER PRÉVIO Nº 19/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11824/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Pedro Duarte Guedes (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 874/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2021.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal A aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea, exercício 2021, sob responsabilidade do **Senhor Pedro Duarte Guedes**, Prefeito, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96; haja vista as irregularidades a seguir:

- I) Não está evidenciada a dívida com a concessionária de energia elétrica (Processo SEI nº 8828/2020) no Passivo do Balanço Patrimonial, em afronta aos arts. 83 a 106, da Lei nº 4320/64;
- II) O Demonstrativo das Receitas e das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, fls. 523/525, não apontou a



PARECER PRÉVIO Nº 19/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

aplicação de percentual em atenção ao disposto no art. 212, caput, da CRFB/88;

III) Atraso no envio dos balancetes de abril e de maio, via sistema e-Contas, em afronta à Lei Complementar nº 06/1191, ao art. 15, c/c art. 20, II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;

IV) Ausência de informação sobre o cumprimento das metas previstas no “Relatório de Execução do Plano Nacional de Educação”;

V) Ausência de informação acerca dos mecanismos adotados pelo município de Careiro da Várzea para consecução das metas do Plano Nacional de Educação, de acordo com o §3º, art. 7º, da Lei nº 13005/14;

VI) Atraso no envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) com fulcro na Resolução nº 15/2013, alterada pela Resolução nº 24/2013 inciso III do Art 4º (45 dias após o período) referente aos 1º e 2º bimestres de 2021 do RREO;

VII) Descumprimento do prazo de publicação do RREO com fulcro no art. 165, § 3º, CF/88 c/c art. 52, da LC 101/00 (prazo legal 30 dias após o período);

VIII) Não envio das remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referente ao 2º semestre de 2021 do RGF, em desacordo com o prazo de 60 dias estabelecido no art. 32, II, “h”, da Lei Estadual 2423/96, Resoluções TCE 15 e 24/13 art. 18 (prazo legal 45 dias);

IX) Descumprimento do prazo de publicação do RGF referente ao 2º semestre com fulcro no art. 55, § 2º da (prazo legal 30 dias após o período) c/c art. 63 §1º da LRF;

X) Não cumprimento do disposto no art. 212, CF/88 c/c art. 25, §1º, IV, “b”, LRF; f) Justificar o não cumprimento do disposto no art. 212, CF/88 c/c art. 25, §1º, IV, “b”, LRF;

XI) Descumprimento do limite disposto nos artigos 19, III c/c 20, III, b, da lei complementar 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);

XII) Cumprimento do disposto no artigo 22, § único da LRF, haja vista a extrapolação do limite definido no artigo 20 da mesma lei;

XIII) Não apresentação das ações tomadas referentes ao disposto no artigo 23 da LRF, tendo em vista a extrapolação do limite definido no artigo 20 da mesma lei.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes que votou pela desaprovação das contas anuais, determinação, encaminhamento e dar ciência ao interessado.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Março de 2023



PARECER PRÉVIO Nº 19/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 19/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11824/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Pedro Duarte Guedes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 874/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2021.

Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** à Prefeitura do Careiro da Várzea que corrija as seguintes irregularidades diante da subsequente prestação de contas:
 - I) Evidenciar a dívida com a concessionária de energia elétrica (Processo SEI nº 8828/2020) no Passivo do Balanço Patrimonial, em afronta aos arts. 83 a 106, da Lei nº 4320/64;
 - II) O Demonstrativo das Receitas e das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, fls. 523/525, não apontou a aplicação de percentual em atenção ao disposto no art. 212, caput, da CRFB/88;
 - III) Atraso no envio dos balancetes de abril e de maio, via sistema e-Contas, em afronta à Lei Complementar nº 06/1191, ao art. 15, c/c art. 20, II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;



ACÓRDÃO Nº 19/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- IV) Ausência de informação sobre o cumprimento das metas previstas no “Relatório de Execução do Plano Nacional de Educação;
- V) Ausência de informação acerca dos mecanismos adotados pelo município de Careiro da Várzea para consecução das metas do Plano Nacional de Educação, de acordo com o §3º, art. 7º, da Lei nº 13005/14;
- VI) Justificar o atraso no envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) com fulcro na Resolução nº 15/2013, alterada pela Resolução nº 24/2013 inciso III do Art 4º (45 dias após o período) referente aos 1º e 2º bimestres de 2021 do RREO;
- VII) Justificar o descumprimento do prazo de publicação do RREO com fulcro no art. 165, § 3º, CF/88 c/c art. 52, da LC 101/00 (prazo legal 30 dias após o período);
- VIII) Justificar o não envio das remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referente ao 2º semestre de 2021 do RGF, em desacordo com o prazo de 60 dias estabelecido no art. 32, II, “h”, da Lei Estadual 2423/96, Resoluções TCE 15 e 24/13 art. 18 (prazo legal 45 dias);
- IX) Justificar o descumprimento do prazo de publicação do RGF referente ao 2º semestre com fulcro no art. 55, § 2º da (prazo legal 30 dias após o período) c/c art. 63 §1º da LRF;
- X) Justificar o não cumprimento do disposto no art. 212, CF/88 c/c art. 25, §1º, IV, “b”, LRF; f) Justificar o não cumprimento do disposto no art. 212, CF/88 c/c art. 25, §1º, IV, “b”, LRF;
- XI) Justificar o descumprimento do limite disposto nos artigos 19, III c/c 20, III, b, da lei complementar 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);
- XII) Apresentar o cumprimento do disposto no artigo 22, § único da LRF, haja vista a extrapolação do limite definido no artigo 20 da mesma lei;
- XIII) Apresentar as ações tomadas referentes ao disposto no artigo 23 da LRF, tendo em vista a extrapolação do limite definido no artigo 20 da mesma lei.

10.2. Determinar a instauração de Tomada de Contas Especial no âmbito desta e. Corte de Contas, conforme dicção do art. 9º, art. 11, parágrafo único e art. 35 da Lei nº 2423/96 – Lei Orgânica c/c o art. 195, caput e do art. 196, §3º, da Resolução nº 04/2002, acerca dos atos de gestão abaixo:

- I) Controle Interno - a) Ausência de elaboração de instrumentos de controles normatizados, com vistas a padronização de procedimentos (art. 5º, incisos XIII e XXI); b) Ausência de comunicação de irregularidades ao TCE (art. 5º, inciso XVI); c) Ausência de realização de auditorias com elaboração de relatórios que sirvam de apoio à fiscalização externa (art. 5º, incisos XV e XVIII); d) Não verificação das



ACÓRDÃO Nº 19/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

legalidades e adequação de princípios e regras da Lei nº 8.666/93, referentes aos processos licitatórios, dispensas e contratos efetivados e celebrados no exercício (art. 5º, XVII);

II) a desatualização das fichas funcionais e financeiras quanto a registro de férias, licenças, dependentes, faltas e ainda, a Declaração de Bens dos servidores que ocupam cargos comissionados, conforme Resolução nº 02/90, art. 13, da Lei nº 8429/92 e disposições da Lei nº 8730/93 c/c o art. 289 da Resolução nº 01/2002;

III) informar se os cargos comissionados da Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea estão previstos em lei, dado o paradigma oriundo do §1º, inciso II, “a” do art. 61, da CRFB/88;

IV) encaminhar quadro demonstrativo da frota de veículos próprios e locados em separados contendo: marca, modelo, placa, cor, finalidade, estado de conservação, licenciamento e nº de tombo;

V) acerca do pregão presencial nº 006/2021; pregão presencial nº 04/2021; pregão presencial nº 015/2021, não constam:

VI) Não consta nos autos, publicação trimestral na Imprensa Oficial, dos preços registrados na ata de registro de preços nº11/2019, como exige o § 2º do art. 15, da Lei nº. 8.666/93;

VII) Ausência de Indicação do recurso para despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários (com a indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece o inciso IV do art. 30 do Decreto nº. 5450/2005, § 2º, inciso III do artigo 7º, c/c o art. 14 da Lei nº. 8.666/93;

VIII) Ausência de comprovantes de publicações do Edital, conforme estabelece Decreto nº. 3555/2000, anexo 1, artigo 21, inciso XII e artigo 38, inciso II da Lei nº. 8.666/93;

IX) Ausência nos autos do despacho de homologação e adjudicação e sua respectiva publicação, art.38, VII e art. 43, VI, da Lei 8.666/93.

Sobre as dispensas de licitação nº 007/2021, nº 011/2021; nº 028/2021 e nº 040/2021:

I) O processo administrativo não está devidamente autuado, pois não consta a numeração das folhas e não estão rubricadas, também não consta o carimbo do protocolizado (art. 38, Lei nº 8.666/93);

II) Ausência de Ato declarando Situação de Emergência nas áreas inundadas no Município;

III) Ausência de Projeto Básico com aprovação de autoridade competente (art. 6º, inciso XVII, alínea a da Lei nº 8.666/93);

d) Ausência de indicação do recurso para despesa e comprovação da existência de previsão de recurso orçamentários (com indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece o inciso



ACÓRDÃO Nº 19/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

IV do art. 30 do Decreto nº 5.450/2005, § 2º, inciso III do art. 7, c/c o art. 14 da Lei nº 8.666/93;

IV) Ausência do ato de designação de servidor para atuar como fiscal, de forma a acompanhar a execução do contrato, como determina o art. 67 da Lei nº 8.666/93;

V) Ausência de Atestado de Capacidade Técnica da D. & A. Madeiras da Amazônia Comércio Atacadista, como exige o artigo 62, inciso II da Lei nº 8.666/93.

A respeito das cartas convites nº 004/2021; nº 006/2021; nº 002/2021:

I) Ausência de Projeto Básico com aprovação de autoridade competente (art. 6º, inciso XVII, alínea a da Lei nº 8.666/93);

II) Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada à prestação dos serviços solicitados, conforme Art. 31, I, II, III da Lei nº. 8.666/93 c/c §§2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo artigo;

III) Não constam nos autos a justificativa/comprovação que os preços unitários estimados e compatíveis com os praticados no mercado e no âmbito da administração pública (art. 23, caput, da Lei nº 8.666/93);

IV) Ausência de comprovante de recolhimento por parte da contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme art. 71, da Lei nº 8.666/93;

V) Ausência da implantação do Cadastro de Fornecedores, conforme dispõe o art. 34 da Lei 8.666/93.

Relatório Conclusivo nº 225/2022-DICOP (fls. 1477/1492)

Dispensa de licitação nº 052/2021:

I) Restrição 1.1.2 (ACHADO 12): Intempestividade da anotação ART/RRT de fiscalização da obra ou serviço de engenharia.

II) Restrição 1.1.3 (ACHADO 19): Não adoção do procedimento de controle interno relativo ao registro individualizado das obras e/ou serviços de engenharia.

Pregão Presencialº 07/20021

I) Restrição 2.1.1 (ACHADO 8): Não elaboração por profissional legalmente habilitado com o registro ART ou RRT, junto ao respectivo Conselho. Situação encontrada: Não se verificou juntado ao Processo Administrativo a anotação ART de autoria de Projeto Básico de engenharia.

II) Restrição 2.1.2 (ACHADO 9): Não emissão tempestiva de anotação ART/RRT de execução da obra ou serviço de engenharia, ou ocorreu substituição do profissional responsável técnico apontado no contrato sem a anuência da Administração e/ou com comprovação de capacidade técnico-profissional inferior ao primeiro ou às exigências em edital.

III) Restrição 2.1.3 (ACHADO 10): Não emissão tempestivamente anotação ART/RRT de fiscalização da obra ou serviço de engenharia.



ACÓRDÃO Nº 19/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

IV) Restrição 2.1.4 (ACHADO 13): A unidade gestora não adotou o procedimento de controle interno relativo ao registro individualizado das obras e/ou serviços de engenharia.

Dispensa de Licitação nº 051/2021

I) Restrição 3.1.2 (ACHADO 12): Não emissão tempestivamente anotação ART/RRT de fiscalização da obra ou serviço de engenharia.

II) Restrição 3.1.3 (ACHADO 19): A unidade gestora não adotou o procedimento de controle interno relativo ao registro individualizado das obras e/ou serviços de engenharia;

10.3. Dar ciência aos advogados constituídos do **Sr. Pedro Duarte Guedes**, Prefeito do Careiro da Várzea, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Março de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral